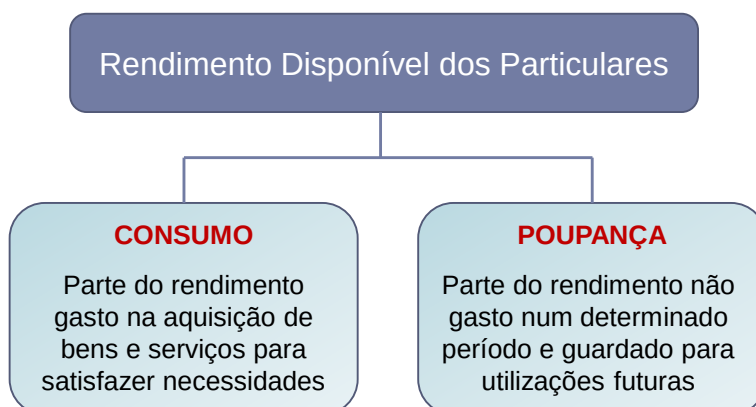


Poupança e Investimento

Maria Gabriela Sousa
Maio / 2014

A UTILIZAÇÃO DOS RENDIMENTOS

► **Destino do rendimento** (aplicações)



A UTILIZAÇÃO DOS RENDIMENTOS

Porque poupam as famílias?

- ▶ Porque **não conseguem gastar todo o seu rendimento**;
- ▶ Porque **querem adquirir um bem a um preço muito elevado** que não conseguem comprar com o rendimento de um determinado período;
- ▶ Porque **receiam no futuro não ter rendimentos**, ou terem de **fazer face a despesas extraordinárias** (ex.: uma doença);
- ▶ Porque precisam de poupar para **mais tarde poderem investir** numa atividade que lhes dê mais rendimento.

▶ 3

A UTILIZAÇÃO DOS RENDIMENTOS

Conclusão:

Poupar é decidir não consumir num determinado período, deixando para o futuro.



Fatores subjacentes às motivações para poupar:

- ▶ Fator **Tempo** – poupa-se hoje para gastar mais tarde;
- ▶ Fator **Consumo Futuro** – o que é poupado hoje será consumido mais tarde.

▶ 4

A UTILIZAÇÃO DOS RENDIMENTOS

Mas, se analisarmos o que se passa com as diferentes famílias de um país, verificamos que elas não reagem todas da mesma maneira à necessidade de consumir e poupar.



Existem fatores de natureza económica, social, cultural e psicológica que levam as famílias a terem reações diferentes.

► 5

A UTILIZAÇÃO DOS RENDIMENTOS

Fatores determinantes da poupança:

- O nível de **rendimento disponível das famílias**
 - As famílias de rendimentos mais elevados pouparam mais do que as famílias de rendimentos mais baixos, não só em termos absolutos, mas também em termos relativos.
 - As famílias de rendimentos muito baixos (os muitos pobres) nada podem poupar, pois o seu rendimento nem sequer é suficiente para a satisfação das suas necessidades elementares.

► 6

A UTILIZAÇÃO DOS RENDIMENTOS

Fatores determinantes da poupança:

- ▶ As **condições de futuro** em termos de reforma, apoio na doença, educação dos filhos, garantia de emprego, também influenciam a decisão da família gastar ou poupar o seu rendimento presente.

Se as famílias souberem que têm o seu futuro assegurado, estão dispostas a gastar mais no presente, aumentando o seu consumo.

Pelo contrário, a insegurança e a incerteza quanto ao futuro levarão ao aumento do nível de poupança.

▶ 7

A UTILIZAÇÃO DOS RENDIMENTOS

Fatores determinantes da poupança:

- ▶ **A publicidade e os incentivos ao consumo**

Como vivemos numa sociedade de consumo, a poupança também depende do grau de consumismo das famílias.

Muitas vezes, a publicidade, as técnicas de vendas agressivas e as facilidades de pagamento concedidas geram consumos exagerados e desnecessários.

As famílias, mesmos nos casos em que os rendimentos disponíveis são superiores aos gastos com o consumo, são tentadas a utilizar o excedente em bens de consumo, não reservando muito para situações futuras.

▶ 8

A UTILIZAÇÃO DOS RENDIMENTOS

Mas as famílias não são os únicos agentes económicos que realizam poupança:

- ▶ Também as **empresas**, reservam parte dos seus lucros, poupando no presente para mais tarde investirem;
- ▶ Os **países** também poupam, correspondendo a sua poupança ao somatório das poupanças das famílias e das empresas.

▶ 9

DESTINOS DA POUPANÇA

Os possíveis destinos que poderão ser dados à poupança são:

- ▶ **Entesouramento**
Conservação de valores monetários ou detenção de ouro em barra, joias, obras de arte, etc., pelos agentes económicos de forma inativa (que não proporciona qualquer rendimento adicional).
Uma vez que estes valores são retirados do circuito económico e monetário, constituem riqueza improdutiva.
- ▶ **Aplicações financeiras**
Aplicação da poupança em produtos financeiros disponibilizados pelas instituições financeiras, tais como: depósitos a prazo, ações, obrigações, planos de poupança, fundos de investimento.
- ▶ **Investimento ou formação de capital**
Aplicação da poupança na aquisição de bens destinados ao processo produtivo.

▶ 10

DESTINOS DA POUPANÇA

-
- ▶ Qual a importância do investimento para a economia de um país?

O que é que aconteceria se todos os recursos de uma comunidade fossem consumidos num determinado período?



Não seria possível:

- ▶ continuar a produzir no futuro;
- ▶ continuar a satisfazer as necessidades das gerações futuras.



A poupança é fundamental para garantir que as necessidades das gerações futuras possam continuar a ser satisfeitas, através da produção.

▶ 11

DESTINOS DA POUPANÇA

-
- ▶ Qual a importância do investimento para a economia de um país?

Mas, se a poupança for entesourada, não contribuirá para essa continuidade da produção e da satisfação das necessidades.



Daí a importância do investimento:

É o Investimento, que não existe sem poupança, que permite a continuidade do processo produtivo.

▶ 12

DESTINOS DA POUPANÇA

- Qual a importância do investimento para a economia de um país?

O contributo da poupança para o crescimento

Uma forma fácil de compreendermos a noção que os economistas têm de poupança – e a sua importância para o crescimento económico – é considerar uma economia onde exista uma única mercadoria – o milho. A quantidade de milho disponível em dado momento pode ser consumida ou poupada. O milho poupado é imediatamente semeado (investido), produzindo mais milho no futuro. Assim, a poupança aumenta a quantidade de milho no solo, ou seja, na gíria económica, o *stock* de capital. Quanto maior for a quantidade e variedade do capital maior será a futura quantidade de milho, a qual poderá ser, por sua vez, consumida ou poupada.

Kotlikoff, Laurence J., in *Enciclopédia de Economia* (adaptado).

► 13

DESTINOS DA POUPANÇA

- Qual a importância do investimento para a economia de um país?

O investimento aumenta o capital técnico



Maiores possibilidades de produção



Maior produtividade e competitividade



Crescimento da economia



Prosperidade e bem-estar

►

DESTINOS DA POUPANÇA

CONCLUSÃO:

O investimento é fundamental para o desenvolvimento da atividade económica



O investimento permite:

- ▶ criar riqueza,
- ▶ produzir mais e melhores bens para que as famílias satisfaçam as suas necessidades.

Havendo mais produção ⇒ há mais rendimentos a repartir ⇒ as famílias podem consumir e poupar mais.

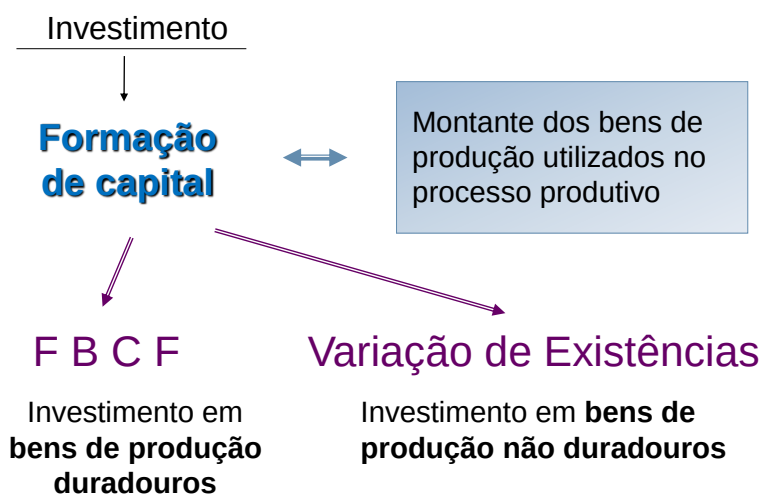


Consumo, poupança e investimento, estão interligados, influenciando-se mutuamente.

▶ 15

DESTINOS DA POUPANÇA

COMPONENTES DO INVESTIMENTO



▶ 16

DESTINOS DA POUPANÇA

COMPONENTES DO INVESTIMENTO

$$\text{Investimento} = \text{FBCF} + \text{Variação de Existências}$$

Variação de Existências → despesas com existências num determinado período de tempo

$$\text{Variação de Existências} = \text{Existências Finais} - \text{Existências Iniciais}$$

► 17

DESTINOS DA POUPANÇA

TIPOS DE INVESTIMENTO

► **Material**

Conjunto de despesas relativas à aquisição de bens de produção físicos.

Ex.: Matérias-primas; máquinas; instalações; veículos

► **Imaterial**

Conjunto de despesas que não se materializam e cujos resultados não são, por vezes, visíveis a curto prazo, mas que irão contribuir para uma **melhor qualificação do trabalho**, **maior produtividade** ou uma **maior competitividade**.

Ex.: formação profissional; I&D; compra de um programa informático; compra de patentes, marcas; publicidade

► 18

DESTINOS DA POUPANÇA

TIPOS DE INVESTIMENTO

► Financeiro

Aplicações da poupança em valores mobiliários (documentos que representam valores monetários negociáveis).

Ex: Ações e Obrigações

Ao adquirir esses títulos, o investidor está a fornecer às empresas que os emitem os fundos financeiros necessários à reposição do capital gasto ou à formação de novo capital, na expectativa de obter um rendimento futuro: dividendos e juros.

► 19

DESTINOS DA POUPANÇA

FUNÇÕES DO INVESTIMENTO

► Investimento de substituição ou renovação

Aquisição de bens de produção com o objetivo de repor aqueles que foram gastos no decurso do processo produtivo ou de substituir os bens danificados, permitindo a manutenção da capacidade produtiva da empresa.

► Investimento de inovação

Aquisição de bens de produção com o objetivo de garantir a atualização tecnológica das empresa, que possibilita:

- obter ganhos de produtividade;
- melhorar a qualidade dos bens e serviços oferecidos no mercado.

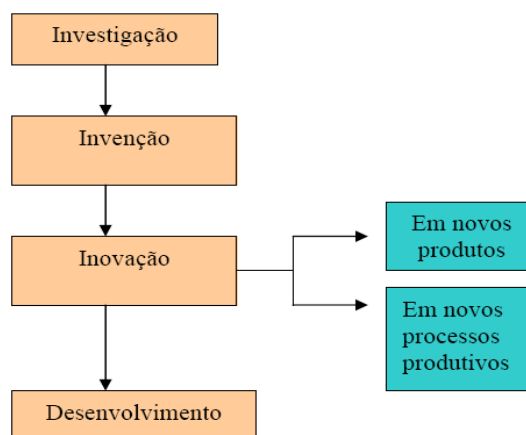
► Investimento de aumento da capacidade produtiva

Aquisição de novos bens de produção com o objetivo de aumento da capacidade produtiva da empresa.

► 20

DESTINOS DA POUPANÇA

► Investimento em Inovação Tecnológica



► 21

DESTINOS DA POUPANÇA

Inovação tecnológica

É uma mudança resultante da invenção e que vai afetar a produção.

É a criação de algo novo, um produto, um processo ou uma técnica de produção, que se aplica no processo produtivo para conseguir uma maior produtividade.

► Vantagens da inovação tecnológica:

- Introdução de novos produtos e de novos processos produtivos;
- Melhoria dos produtos e dos processos existentes;
- Redução de custos;
- Aumento da produtividade;
- Redução de preços;
- Aumento da competitividade.

► 22

DESTINOS DA POUPANÇA

Segundo **Schumpeter** economista americano, teórico da evolução económica, do empreendedorismo e da inovação económica (1883-1950):

- ▶ A inovação (a mudança) está permanentemente a moldar a economia;
- ▶ A inovação é um quarto fator de produção.

▶ 23

DESTINOS DA POUPANÇA

Importância do Investimento em Inovação Tecnológica

A inovação é fundamental para o desenvolvimento da capacidade produtiva de uma economia.



Os países desenvolver-se-ão tanto mais:

- ▶ quanto mais abertos estiverem à inovação;
- ▶ quanto mais nela apostarem.

▶ 24

DESTINOS DA POUPANÇA

Importância da I & D

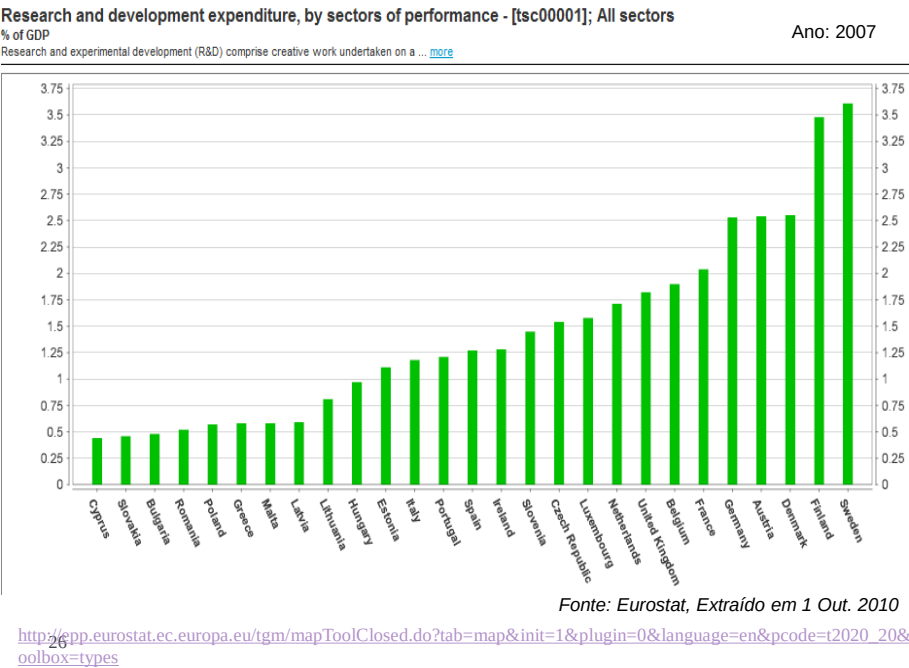
A investigação, ao conduzir a um maior conhecimento e às inovações tecnológicas, proporciona maior riqueza para a sociedade, uma melhoria dos níveis de vida e, portanto, condições favoráveis ao desenvolvimento.

A investigação é de tal forma importante, que podemos considerá-la como **indicador de desenvolvimento** de um país.

⇓

Um país será tanto mais desenvolvido quanto maior for a percentagem do seu rendimento canalizada para a investigação.

▶ 25



FINANCIAMENTO DA ATIVIDADE ECONÓMICA

As empresas e o Estado realizam regularmente diferentes investimentos por forma a assegurarem a oferta de bens e serviços à sociedade.



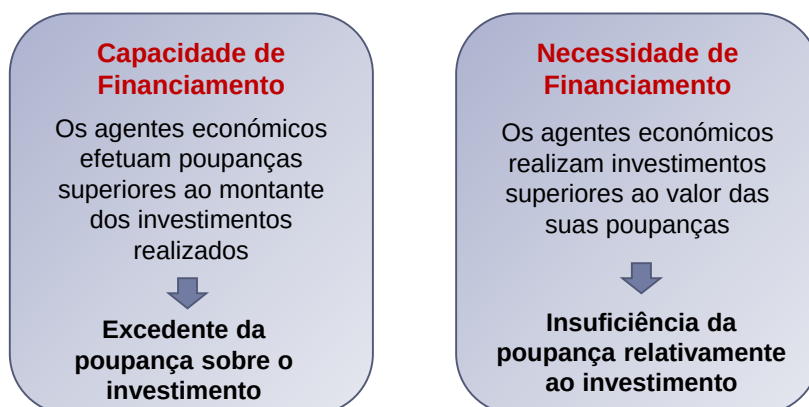
Necessitam de recursos financeiros para concretizarem esses investimentos.

Numa economia existem em simultâneo agentes económicos que realizam poupanças superiores aos investimentos e outros que estão na situação inversa.

► 27

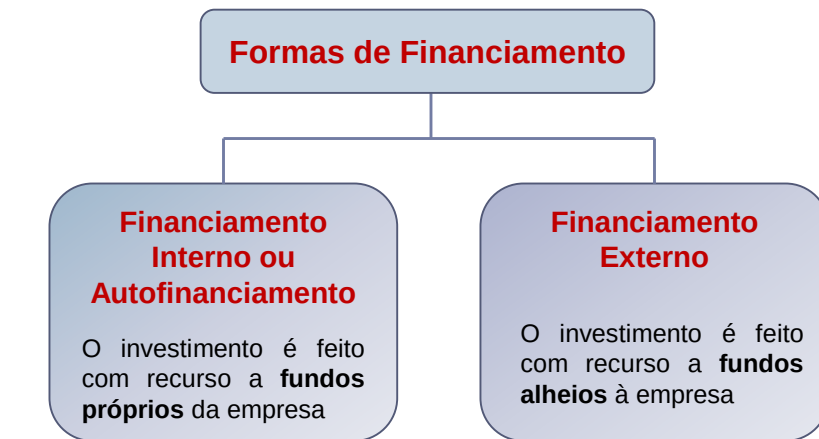
FINANCIAMENTO DA ATIVIDADE ECONÓMICA

Capacidade de Financiamento e Necessidade de Financiamento



► 28

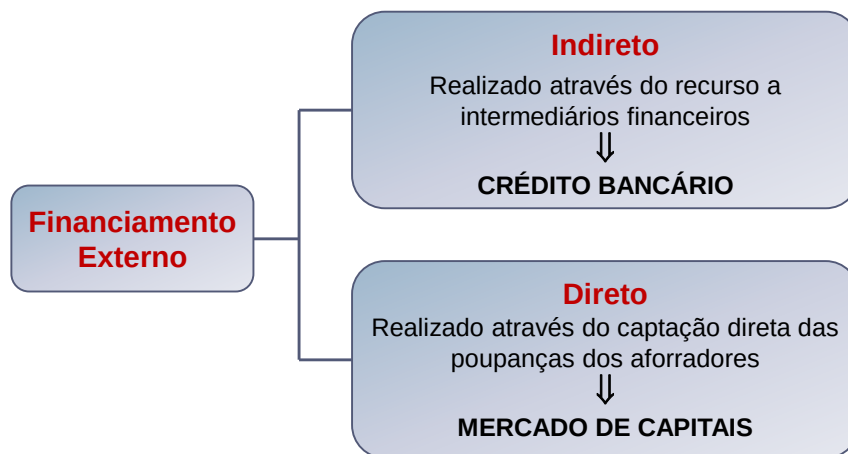
FINANCIAMENTO DA ATIVIDADE ECONÓMICA



► 29

FINANCIAMENTO DA ATIVIDADE ECONÓMICA

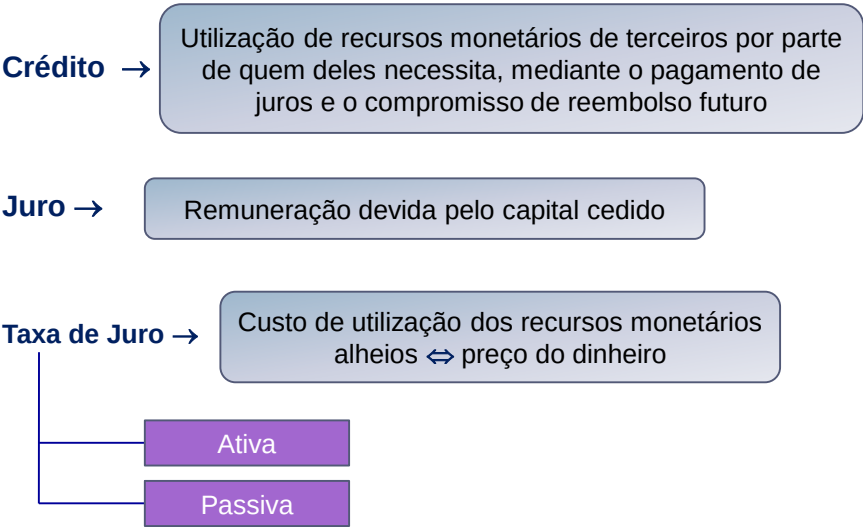
Formas de Financiamento



► 30

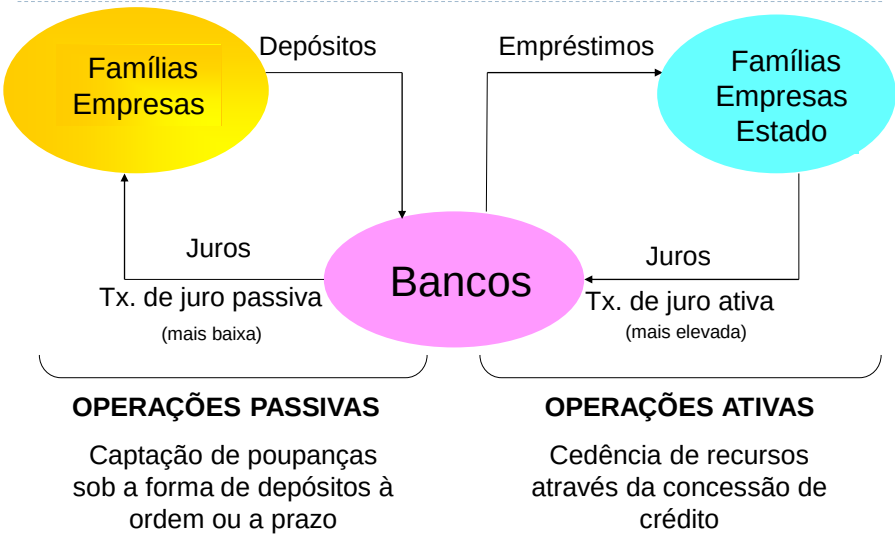
Esquema pág. 254

FINANCIAMENTO EXTERNO INDIRETO



► 31

FINANCIAMENTO EXTERNO INDIRETO



► 32

FINANCIAMENTO EXTERNO INDIRETO

Impacto da variação da taxa de juro na economia

► Incentivo à poupança

Taxas de juro elevadas $\Rightarrow$ aumento dos depósitos bancários

► Incentivo ao consumo

Taxas de juro baixas $\Rightarrow$ diminuição dos depósitos bancários $\Rightarrow$ aumento do consumo

► Orientação do investimento

Taxas de juro elevadas $\Rightarrow$ crédito mais caro $\Rightarrow$ redução do investimento

Taxas de juro baixas $\Rightarrow$ crédito mais barato $\Rightarrow$ aumento do investimento

► 33

FINANCIAMENTO EXTERNO INDIRETO

Principais funções desempenhadas pelos Bancos

► Função de intermediários financeiros

Fazem a captação das poupanças dos diferentes agentes económicos e disponibilizam-nas a agentes que delas necessitam nesse momento.

Margem de intermediação financeira = Taxa de juro das operações ativas – Taxa de juro das operações passivas

► Função de criação de moeda

Disponibilizam maiores quantidades de crédito à economia do que o montante de depósitos recolhidos junto dos agentes económicos.

► 34

FINANCIAMENTO EXTERNO INDIRETO

Formas de crédito

- ▶ Quanto ao se **destino ou finalidade**:
 - ▶ **Crédito à Produção** → Concedido às empresas
 - ▶ **Crédito ao funcionamento** → Destina-se a suprir dificuldades de tesouraria
 - ▶ **Crédito ao investimento** → Destina-se ao financiamento da aquisição de bens de capital fixo
 - ▶ **Crédito ao Consumo** → Contraído pelas famílias, destina-se à aquisição de bens e serviços: habitações, automóveis, eletrodomésticos, viagens, ...

▶ 35

FINANCIAMENTO EXTERNO INDIRETO

CRÉDITO À PRODUÇÃO	Ao investimento	• Destina-se a promover a modernização e a competitividade ou a aumentar a capacidade produtiva das empresas. • Crédito de médio ou longo prazo, amortizado ao longo de vários anos.
	De funcionamento	• Destina-se a fazer face a problemas de gestão corrente da empresa, quando esta é confrontada com falta de liquidez temporária. • Crédito de curto prazo, amortizado, em regra, pouco tempo após a concessão.

▶ 36

FINANCIAMENTO EXTERNO INDIRETO

CRÉDITO AO CONSUMO

Crédito pessoal	→	Crédito sem destino definido, para fazer face a um desequilíbrio de tesouraria da família. Ex.: Conta-ordenado
Crédito para financiamento de vendas a prestações	→	Crédito com um destino preciso e cujo reembolso se efetua em prestações mensais. O próprio bem funciona como garantia do crédito. Ex: automóvel , eletrodomésticos
Crédito à habitação	→	Destinado à aquisição de casa própria. O imóvel constitui a garantia hipotecária.
Cartões de crédito	→	Os bancos concedem aos seus clientes cartões que aqueles podem utilizar nas transações e o valor só é lançado a débito passado algum tempo.

► 37

FINANCIAMENTO EXTERNO INDIRETO

Formas de crédito

► Quanto à **natureza do beneficiário**:

- **Crédito Público** → O beneficiário é o Estado
- **Crédito Privado** → Os beneficiários são as famílias e as empresas

► Quanto à **origem**:

- **Crédito Interno** → O beneficiário e o credor residem no mesmo país
- **Crédito Externo** → O beneficiário e o credor residem em países diferentes

► 38

FINANCIAMENTO EXTERNO INDIRETO

Formas de crédito

- ▶ Quanto à **duração**:
 - ▶ **Crédito a curto prazo** → < 1 ano
 - ▶ **Crédito médio prazo** → ≥ 1 ano e ≤ 5 anos
 - ▶ **Crédito longo prazo** → > 5 anos

▶ 39

FINANCIAMENTO EXTERNO INDIRETO

Funções do crédito

A função do crédito é **financiar a economia**, promovendo o consumo e estimulando a produção:

- ▶ O crédito às empresas $\Rightarrow$ permite aumentar a sua capacidade de produção e a qualidade dos bens e serviços produzidos.
- ▶ O crédito ao consumo $\Rightarrow$ estimula o consumo $\Rightarrow$ aumenta a produção interna e/ou as importações.



O crédito contribui para acelerar o crescimento económico, a criação de emprego e melhorar o bem-estar da população.

▶ 40

O crédito e a criação de moeda



As 1000 u.m. inicialmente depositadas converteram-se em:

$$1000 + 900 + 810 + 729 + \dots$$

► 41

FINANCIAMENTO EXTERNO INDIRETO

O crédito e a criação de moeda

- Através da concessão de crédito os bancos criam moeda:

Como os depositantes não levantam os seus depósitos ao mesmo tempo, basta-lhes ter uma **reserva obrigatória de caixa** para fazer face aos pedidos diários de levantamento → Parte das poupanças captadas pelos bancos voltam a entrar no mercado pela via do crédito



Os créditos concedidos pelos bancos dão origem a depósitos que podem gerar novos créditos e estes, por sua vez, dão origem a novos depósitos.



Os bancos concedem crédito muito para além do dinheiro depositado ⇒ os bancos comerciais **criam moeda escritural**.

► 42

FINANCIAMENTO EXTERNO INDIRETO

O crédito e a criação de moeda

- ▶ O mecanismo da concessão de crédito provoca um efeito multiplicador → é o **multiplicador de crédito** (multiplicação artificial dos depósitos, através da criação de moeda escritural, gerada pelos créditos concedidos pelos bancos)

Multiplicador de crédito = $1 / \text{taxa de reserva obrigatória}$

Criação máxima de moeda = valor inicial do depósito x multiplicador de crédito

▶ 43

FINANCIAMENTO EXTERNO INDIRETO

Instituições Financeiras

São agentes económicos que prestam serviços financeiros e exercem na atividade económica a função de **intermediários financeiros** entre a procura e a oferta de fundos financeiros.



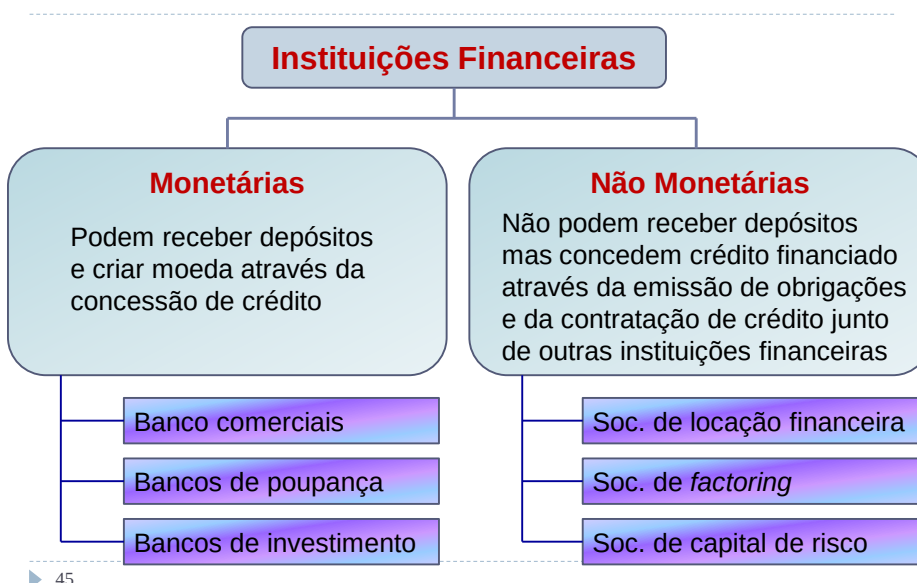
Estabelecem a relação entre aforradores e investidores, recolhendo as poupanças, sob a forma de depósitos, e canalizando-as para o processo produtivo, através da concessão de crédito.



A sua **principal função** é financiar a atividade dos outros agentes económicos, ou seja, **financiar a atividade económica**.

▶ 44

FINANCIAMENTO EXTERNO INDIRETO



FINANCIAMENTO EXTERNO INDIRETO

O sistema bancário em Portugal

É constituído pelo banco central nacional, pelos bancos comerciais e pelos bancos especializados.

Banco Central

O Banco Central de qualquer país, em conjunto com o Governo, constitui a **autoridade monetária** do país.

Principal função de um Banco Central → emissão de moeda

O seu objetivo primordial é a manutenção da estabilidade dos preços, que constitui o principal objetivo da política monetária.

► 46

FINANCIAMENTO EXTERNO INDIRETO

O sistema bancário em Portugal

Banco central português → Banco de Portugal

Os bancos centrais da Zona Euro perderam aquela função para o Banco Central Europeu (BCE) que tem como funções:

- ▶ Emissão de moeda;
- ▶ Definição da política monetária;
- ▶ Garantir a estabilidade dos preços e a credibilidade do sistema financeiro:
 - ▶ tanto financia as outras instituições financeiras
 - ▶ como fiscaliza as suas atividades.

▶ 47

FINANCIAMENTO EXTERNO INDIRETO

O sistema bancário em Portugal

Em síntese: Em Portugal, a autoridade monetária é o Banco de Portugal, conjuntamente com o Banco Central Europeu (BCE).

O principal objetivo do Banco de Portugal é manter a estabilidade dos preços, tendo em conta a política económica global do Governo e as orientações do BCE.

O Banco de Portugal detém ainda a função de **banco emissor**, ou seja, o exclusivo pela emissão de notas de euro e pela circulação de moeda metálica, mas é o BCE que autoriza essa emissão.

▶ 48

FINANCIAMENTO EXTERNO INDIRETO

O sistema bancário em Portugal

O Banco de Portugal, conjuntamente com os bancos centrais de todos os países membros da UE, faz parte do **Sistema Europeu de Bancos Centrais – SEBC** – encabeçado pelo BCE.

O **Eurosistema** é constituído pelo BCE e pelos BCN dos países que adotaram o euro. Coexiste com o SEBC enquanto houver Estados-Membros da UE fora da área do euro.

Os governadores de todos os bancos centrais da Zona Euro estão representados no Conselho de Governadores – órgão consultivo do BCE.

► 49

FINANCIAMENTO EXTERNO INDIRETO

Instituições Financeiras Monetárias

► Bancos comerciais

Para além das suas atividades fundamentais ligadas à recolha de poupança e à concessão de crédito, podem praticar um conjunto de serviços financeiros tais como:

- emissão e colocação de ações e obrigações;
- emissão de cheques, de cartões de débito e de cartões de crédito;
- gestão e consultadoria em gestão de patrimónios;
- aluguer de cofres;
- operações de pagamento.

► 50

FINANCIAMENTO EXTERNO INDIRETO

Instituições Financeiras Monetárias

▶ Bancos especializados

▶ Bancos de poupança

Desempenham as mesmas funções que os bancos comerciais, mas são especializados em determinadas operações como a concessão de crédito a médio e longo prazo, muitas vezes orientado para áreas específicas da economia, por exemplo, a agricultura.

▶ Bancos de investimento

Estão vocacionados para a concessão de crédito a médio e longo prazo, principalmente às empresas, podendo também prestar apoio à gestão e administração de ativos financeiros das empresas clientes.

▶ 51

FINANCIAMENTO EXTERNO INDIRETO

Instituições Financeiras não Monetárias

▶ Sociedades de Locação Financeira (*Leasing*)

São sociedades que celebram contratos através dos quais o **locador** (sociedade de locação financeira) cede ao **locatário** o uso temporário de um bem – móvel ou imóvel – mediante o pagamento de uma prestação, tendo o locatário opção de compra do bem no final do prazo do contrato, mediante o pagamento de um valor residual.

▶ 52

FINANCIAMENTO EXTERNO INDIRETO

Instituições Financeiras não Monetárias

► Sociedades de Cessão Financeira (*Factoring*)

Factoring → Contrato pelo qual uma sociedade – *factor* – garante ao cliente – aderente – um serviço de cobrança de créditos.

As empresas aderentes a um contrato de *factoring* cedem os créditos que constituíram sobre os seus clientes – os devedores – ao *factor*, que desempenha, assim, o papel de intermediário financeiro.

As sociedades de *factoring* dispõem-se a converter esses créditos em moeda, mediante o pagamento de uma comissão pelo serviço prestado e de um juro no caso do pagamento antecipado.

► 53

FINANCIAMENTO EXTERNO INDIRETO

Instituições Financeiras não Monetárias

► Sociedades de Cessão Financeira (*Factoring*)

A comissão envolve a remuneração pelo risco assumido pelas sociedades de *factoring* ao garantirem a cobrança dos créditos.

Razões do recurso ao *factoring*:

- risco de cobrança;
- antecipação de pagamento;
- custos administrativos de controlo das dívidas.

► 54

FINANCIAMENTO EXTERNO INDIRETO

Instituições Financeiras não Monetárias

► Sociedades de Capital de Risco

São sociedades que têm por função apoiar e promover projetos de investimento e de inovação tecnológica em empresas, participando temporariamente no seu capital social, geralmente sob a forma de aumentos de capital.

São projetos normalmente de vanguarda, cuja rendibilidade não é segura e que, por apresentarem um risco muito elevado, dificilmente seriam financiados pelos bancos.

► 55

FINANCIAMENTO EXTERNO INDIRETO

Instituições Financeiras não Monetárias

► Sociedades de Capital de Risco

O seu campo de atuação também se estende à compra de participações de empresas que, embora tenham viabilidade económica, se encontram em dificuldades.

Depois de recuperadas, vendem-nas.

Durante o tempo em que decorre a participação podem prestar assistência na gestão financeira, técnica, administrativa e comercial das empresas participadas.

<https://www.cgd.pt/Institucional/Corporativo/Pages/Organograma-Grupo-CGD.aspx>

► 56

FINANCIAMENTO EXTERNO DIRETO

► **Mercado de títulos**

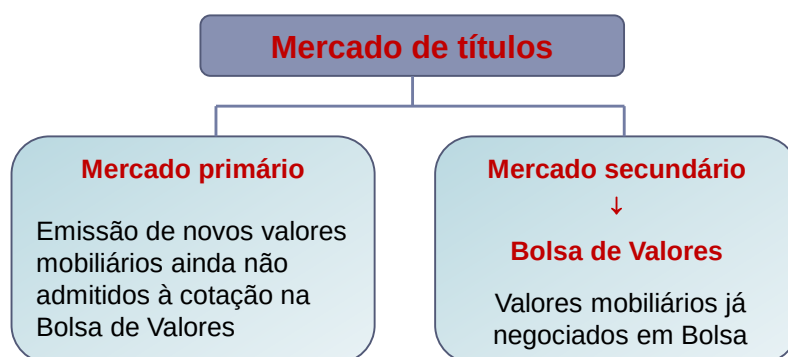
É o mercado onde se encontram os agentes económicos que têm necessidade de financiamento e procuram capital e aqueles que têm capacidade de financiamento e oferecem capital.

Nele são transacionados valores mobiliários, como as ações, as obrigações e os títulos de dívida pública.

É um segmento do mercado financeiro e constitui a fonte de financiamento externo direto.

► 57

FINANCIAMENTO EXTERNO DIRETO



► 58

FINANCIAMENTO EXTERNO DIRETO

▶ Mercado secundário

Bolsa de Valores é a instituição onde são negociados e transacionados valores mobiliários pelos diversos agentes económicos, que aí procuram aplicar poupanças ou obter meios financeiros.

É um mercado aberto e público, mas as operações nele efetuadas exigem a intervenção de mediadores legais – **os corretores** – que não atuam em nome individual mas organizados em:

- ▶ Sociedades de corretagem – *brokers*;
- ▶ Sociedades financeiras de corretagem – *dealers*.

▶ 59

FINANCIAMENTO EXTERNO DIRETO

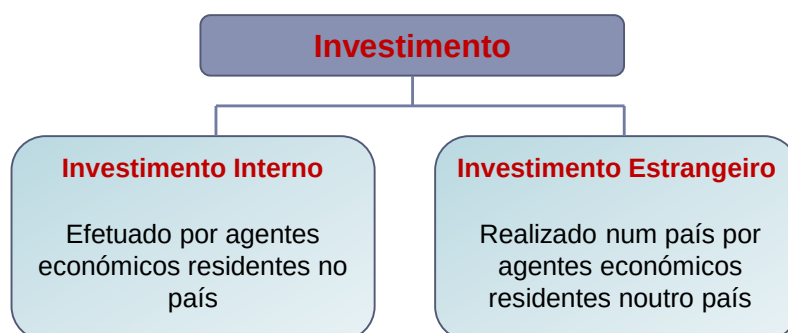
▶ Mercado secundário

Fiscalização da atividade da Bolsa de Valores → **CMVM** –
Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

[NYSE Euronext](#)

▶ 60

O INVESTIMENTO EM PORTUGAL E O INVESTIMENTO PORTUGUÊS NO ESTRANGEIRO



► 61

O INVESTIMENTO EM PORTUGAL E O INVESTIMENTO PORTUGUÊS NO ESTRANGEIRO

Investimento Interno

► Investimento Público

Realizado pelo Estado, destina-se a:

- **Criação de infra-estruturas:** estradas, pontes, hospitais, escolas, ...
- **Apetrechamento dos serviços públicos:** compra de equipamentos necessários ao fornecimento dos serviços públicos

► Investimento Privado

Realizado pelas empresas, tendo como objetivo a compra de bens de produção necessários à sua atividade.

► 62

O INVESTIMENTO EM PORTUGAL E O INVESTIMENTO PORTUGUÊS NO ESTRANGEIRO

Investimento Estrangeiro

► Investimento de carteira

Aquisição de ativos financeiros **sem o objetivo de desenvolver uma atividade empresarial**.

Destacam-se as compras, por parte de não residentes, de títulos da dívida pública emitidas no mercado nacional.

► Investimento Direto Estrangeiro - IDE

Compra ou construção de raiz de uma empresa num país, por parte de um não residente.

► 63

O INVESTIMENTO EM PORTUGAL E O INVESTIMENTO PORTUGUÊS NO ESTRANGEIRO

A importância do Investimento Direto Estrangeiro

O IDE é fundamental para o **desenvolvimento económico** de um país:

- Permite a obtenção de recursos necessários à formação de capital → acelera o crescimento económico do país;
- Contribui para a criação de emprego;
- Em regra, contribui para o aumento das exportações do país;
- Permite a transferência de tecnologia, a melhoria da gestão de recursos e a obtenção de ganhos de produtividade.
 - Os **países inovadores** incorporam as inovações no processo produtivo, fomentando o crescimento económico;
 - Os **países não inovadores** importam do estrangeiro a maior parte das tecnologias novas, frequentemente através da fixação de empresas multinacionais.

► 64

O INVESTIMENTO EM PORTUGAL
E O INVESTIMENTO PORTUGUÊS NO ESTRANGEIRO

Inconvenientes do Investimento Direto Estrangeiro

- ▶ A excessiva dependência da economia a este tipo de investimento torna-a vulnerável a este tipo de investidores.

Grande parte do IDE é feito por empresas multinacionais, suficientemente poderosas para imporem aos governos nacionais condições, tais como benefícios fiscais, acesso a linhas de crédito bonificado, subsídios.

http://www.dn.pt/especiais/interior.aspx?content_id=987785&especial=Autoeuropa&seccao=ECONOMIA

▶ 65

O INVESTIMENTO EM PORTUGAL
E O INVESTIMENTO PORTUGUÊS NO ESTRANGEIRO

PIB E PRINCIPAIS COMPONENTES DA DESPESA ^(a)								
Taxa de variação real, em percentagem								
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
PIB	0.8	-0.8	1.5	0.9	1.4	1.9	0.0	-2.7
Consumo privado	1.3	-0.2	2.5	1.9	1.9	1.7	1.7	-0.8
Consumo de bens duradouros	-4.4	-8.8	5.5	3.4	0.3	4.4	-0.1	-13.2
Consumo corrente	2.2	1.0	2.2	1.8	2.1	1.3	1.9	0.6
Consumo público	2.6	0.2	2.6	3.2	-1.4	0.0	1.1	3.5
Investimento	-4.7	-8.3	2.5	-1.5	-0.3	3.5	-0.2	-13.4
FBCF	-3.5	-7.4	0.2	-0.9	-0.7	3.1	-0.7	-11.1
Máquinas e produtos metálicos	-5.8	-2.7	7.5	2.4	5.3	7.9	6.6	-10.7
Material de transporte	-14.7	-9.8	-1.3	-3.1	13.5	11.1	1.2	-18.6
Construção	-3.4	-9.6	-1.5	-3.0	-4.9	0.3	-5.1	-11.7
Outra	8.2	-5.5	-3.6	2.4	-2.7	0.9	0.9	-5.6
Variação de existências ^(b)	-0.4	-0.3	0.5	-0.1	0.1	0.1	0.1	-0.6
Procura interna	0.1	-2.0	2.5	1.5	0.8	1.7	1.2	-2.5
Exportações	1.4	3.9	4.0	2.1	8.7	7.8	-0.5	-11.6
Importações	-0.7	-0.9	6.7	3.5	5.2	6.1	2.7	-9.2
Contributo da procura interna para o PIB ^(b)	0.1	-2.2	2.7	1.6	0.9	1.9	1.3	-2.8
Contributo da procura externa líquida para o PIB ^(b)	0.7	1.4	-1.2	-0.7	0.5	0.0	-1.2	0.1

Fonte: Relatório do Banco de Portugal – 2009

▶ 66

O INVESTIMENTO EM PORTUGAL E O INVESTIMENTO PORTUGUÊS NO ESTRANGEIRO

Forte queda do investimento, generalizada às suas componentes

Em 2009 a formação bruta de capital fixo (FBCF) diminuiu 11.1 por cento – uma queda semelhante à registada na área do euro – após uma ligeira diminuição de 0.7 por cento em 2008 e uma evolução desfavorável ao longo da última década (Quadro 5.1). Esta queda traduziu a forte sensibilidade do investimento ao ciclo económico, em especial numa situação em que se verificou uma profunda deterioração das expectativas dos agentes económicos relativamente à evolução da procura interna e externa, uma redução da rentabilidade e uma significativa subida do nível de incerteza e, consequentemente, do prémio de risco associado às decisões de investimento. Neste contexto, a concretização de projetos de investimento terá sido anulada ou adiada.

A informação do Inquérito de Conjuntura ao Investimento do INE, divulgado em Janeiro de 2010, confirmou a importância da deterioração das expectativas em relação à procura para a evolução do investimento empresarial. A percentagem de empresas que afirmou ter limitações ao investimento em 2009 situou-se em 50.5 por cento, o que representou um aumento face ao valor para 2008 divulgado no início de 2009 (48.6 por cento). De entre as empresas que enfrentam limitações ao investimento, verificou-se um expressivo aumento da percentagem das que referem a deterioração das expectativas de vendas como principal fator limitativo, de 59.0 para 69.2 por cento (Gráfico 5.11).

Adicionalmente, à semelhança do ocorrido em outros países, as expectativas negativas em relação à procura futura e a queda brusca do comércio internacional implicaram uma diminuição da taxa de utilização da capacidade produtiva e uma forte redução do nível de existências, cuja variação teve um contributo particularmente negativo para a variação real do PIB (-0.6 p.p.) (Quadro 5.1). Deste modo, o padrão cíclico da variação de existências contribuiu para adensar a evolução negativa do investimento.

Fonte: Relatório do Banco de Portugal – 2009

67

O INVESTIMENTO EM PORTUGAL E O INVESTIMENTO PORTUGUÊS NO ESTRANGEIRO



Fonte: INE (Inquérito ao Investimento).

Fonte: Relatório do Banco de Portugal – 2009

68